

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO IFAL: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA SOBRE A ATUAÇÃO DOS NAPNE

Ricardo Luís Alves de Oliveira Ribeiro ¹

Caroline Otte Pedrosa ²

Renata Sandryelle Ramos Souza ³

Juliana Costa da Silva ⁴

Dartagnan Ferreira de Macêdo⁵

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constituiu uma temática de crescente relevância no cenário educacional brasileiro, especialmente diante da ampliação do acesso e da diversidade discente nas instituições públicas. Nesse contexto, compreender como as políticas de inclusão foram percebidas e operacionalizadas nos Institutos Federais mostrou-se essencial para avaliar a efetividade das ações voltadas à democratização do ensino e ao respeito à diversidade.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela Lei nº 11.892/2008, foi criada para ofertar educação profissional e tecnológica gratuita e de qualidade, articulada aos diferentes níveis de ensino. Composta por Institutos Federais distribuídos nacionalmente, a Rede assumiu o compromisso de promover o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes, integrando ciência, tecnologia e inclusão social (Brasil, 2008).

Nesse cenário, destacaram-se os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs), responsáveis pela implementação de políticas, recursos e estratégias que assegurassem a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou altas habilidades. Sua atuação esteve amparada pela

¹ Orientador/Professor Mestre do Curso de Logística do Instituto Federal de Alagoas – Campus Benedito Bentes, ricardo.ribeiro@ifal.edu.br;

² Estudante Curso de nível médio técnico em Logística do Instituto Federal de Alagoas – Campus Benedito Bentes, cop2@aluno.ifal.edu.br;

³ Estudante Curso de nível médio técnico em Logística do Instituto Federal de Alagoas – Campus Benedito Bentes, rsrs2@aluno.ifal.edu.br;

⁴ Assistente em Administração do Instituto Federal de Alagoas e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, juliana.costa@ifal.edu.br;

⁵ Professor Mestre do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Alagoas – Campus Marechal Deodoro, dartagnan.macedo@ifal.edu.br;



Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), que garantiu o direito à acessibilidade e à participação plena nos espaços educacionais.

A justificativa deste estudo baseou-se na necessidade de compreender como os princípios da educação inclusiva foram materializados no cotidiano do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) – Campus Benedito Bentes, considerando o papel estratégico do NAPNE na promoção da equidade e na consolidação de uma cultura institucional inclusiva. O problema de pesquisa que orientou o estudo foi: *quais foram os desafios e as perspectivas da educação inclusiva no IFAL, segundo a percepção de estudantes e servidores sobre a atuação do NAPNE do Campus Benedito Bentes?*

Assim, o estudo teve como propósito analisar as percepções da comunidade acadêmica do IFAL sobre a atuação do NAPNE, identificando práticas bem-sucedidas, dificuldades enfrentadas e possibilidades de fortalecimento das políticas institucionais de inclusão.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa aplicada, de caráter descritivo e abordagem quanti-qualitativa, realizada com estudantes e servidores do Instituto Federal de Alagoas – Campus Benedito Bentes. O objeto da pesquisa consistiu na análise da percepção institucional sobre a atuação do NAPNE e seu impacto nas ações de inclusão e permanência.

A população total foi composta por 235 estudantes e 37 servidores. Para definição da amostra utilizou-se a fórmula de cálculo amostral para população finita com nível de confiança de 95% e erro amostral de 5%. Como resultado, obteve-se amostra mínima de 146 estudantes e 21 servidores, sendo coletadas respostas de 180 estudantes e 22 servidores, reduzindo o erro amostral para aproximadamente 3,5%, o que aumenta a precisão estatística dos resultados.

O instrumento consistiu em um questionário estruturado com 19 questões, elaborado a partir dos trabalhos de Perinini (2021), Souza et al. (2021) e Cunha (2020), adaptado ao contexto institucional do IFAL. O instrumento reuniu perguntas de múltipla escolha e itens em escala Likert de cinco pontos, abrangendo dimensões como conhecimento do NAPNE, participação, acessibilidade e percepção sobre eficácia das ações. Os dados foram processados no software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences). Foram aplicadas estatísticas descritivas (frequências, médias e gráficos), testes de normalidade de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk, e testes de correlação de



Spearman para variáveis ordinais. A confiabilidade do instrumento foi avaliada pelo Alfa de Cronbach = 0,767, valor considerado satisfatório segundo Nunnally (1978) para pesquisas em Ciências Sociais Aplicadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação Profissional e Tecnológica (EPT): fundamentos e papel social

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil possui raízes históricas que remontam ao século XIX, com iniciativas voltadas à formação de jovens das camadas populares. Essas escolas buscavam oferecer profissionalização básica para inserir os filhos da classe proletária no trabalho e atender às demandas da sociedade industrial (Magalhães, 2011).

Nas últimas décadas, a EPT passou por mudanças significativas, superando a dicotomia entre uma educação propedêutica, voltada às elites, e outra profissional, destinada às classes trabalhadoras. Esse movimento consolidou-se com a criação dos Institutos Federais e com o Plano de Expansão da Rede Federal iniciado em 2003, que implantou centenas de novas unidades em todo o país (Barbosa et al., 2025).

No plano normativo, a EPT encontra respaldo na LDB (Lei nº 9.394/1996) e nas Leis nº 11.741/2008 e 11.892/2008, que instituíram a Rede Federal e definiram sua integração aos diversos níveis de ensino (Brasil, 1996; 2008). Assim, passou a ser compreendida não apenas como formação para o trabalho, mas como política pública essencial à democratização do conhecimento científico e tecnológico (Pacheco, 2010).

Ensino Médio Integrado (EMI): integração entre formação geral e técnica

O Ensino Médio Integrado (EMI) materializa a concepção da EPT ao propor a formação integral dos sujeitos em suas múltiplas dimensões. Inspirado na educação omnilateral, busca superar a fragmentação entre ensino médio propedêutico e técnico, articulando teoria e prática (Frigotto, Ciavatta & Ramos, 2005).

Nos Institutos Federais, o EMI visa uma formação técnica, científica, social e cultural ampla e crítica (Brasil, 2011; Ramos, 2017). Para Moura, Lima Filho e Silva (2015), essa integração é essencial para que os jovens compreendam a complexidade das relações sociais e produtivas.

De Melo e Silva (2017) ressaltam que a consolidação do EMI deriva da necessidade de superar a fragmentação curricular e unir formação geral e técnica,



conforme a Lei nº 11.892/2008, permitindo ao estudante compreender as técnicas de sua profissão e os fundamentos científicos, sociais e éticos do sistema produtivo.

Educação Inclusiva na Rede Federal

Para que o EMI se concretize plenamente, é necessário considerar a diversidade do corpo discente e garantir acesso, permanência e êxito aos estudantes com necessidades específicas. Nesse sentido, a educação inclusiva assume papel central na Rede Federal.

Os Institutos Federais passaram por um processo de expansão e interiorização que ampliou o acesso e a democratização do ensino profissionalizante (Galasso & Santos, 2021). Esse compromisso está respaldado no art. 58 da LDB (Lei 9.394/1996), que define a educação especial como modalidade oferecida preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1996).

Beloni, Macedo e Curcio (2024) reforçam que a educação inclusiva garante oportunidades equitativas de aprendizagem a todos os estudantes, princípio consolidado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI). No âmbito da Rede Federal, o compromisso foi institucionalizado com o Programa TEC NEP, posteriormente transformado em Ação TEC NEP, cuja diretriz principal foi a criação dos NAPNEs.

Esses núcleos, de caráter consultivo e multidisciplinar, têm a missão de promover a cultura da inclusão, reduzir barreiras de aprendizagem e articular ações pedagógicas, arquitetônicas e tecnológicas (Santos & Mori, 2024).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos refletem a consolidação de uma pesquisa rigorosa e estatisticamente válida. A revisão sistemática da literatura, realizada nas bases SCOPUS e Periódicos CAPES, resultou em 11 artigos finais diretamente relacionados ao NAPNE e à educação inclusiva nos Institutos Federais, constituindo a base conceitual para a elaboração do instrumento de coleta.

A análise descritiva mostrou que 58% dos estudantes e 61,9% dos servidores conhecem o NAPNE, mas de forma limitada, revelando a necessidade de ampliar a comunicação institucional. Além disso, 91,95% dos estudantes e 55% dos servidores nunca participaram de ações promovidas pelo núcleo, indicando baixo engajamento da comunidade acadêmica.



No que se refere à percepção sobre a acessibilidade, 54,34% dos estudantes consideram o campus “adequado” ou “parcialmente adequado”, enquanto 50% dos servidores percebem acessibilidade apenas parcial. Essa convergência sugere avanços estruturais, mas aponta para a persistência de barreiras físicas e tecnológicas.

A avaliação da eficácia das ações do NAPNE apresentou resultados amplamente positivos:

- 92% dos estudantes e 94% dos servidores consideram o NAPNE muito ou extremamente eficaz quanto à inclusão e permanência;
- $\rho = 0,201$; $p = 0,016$ na correlação de Spearman demonstra associação positiva entre a importância atribuída e a avaliação da atuação do núcleo;
- O Alfa de Cronbach = 0,767 confirma a consistência interna das respostas.

As análises comparativas indicaram que os servidores valorizam mais fortemente o papel institucional e consultivo do NAPNE, enquanto os estudantes o percebem predominantemente como espaço de apoio psicopedagógico direto. Essa diferença reforça a necessidade de estratégias integradas de comunicação e sensibilização, capazes de articular o núcleo às práticas pedagógicas e tecnológicas do campus.

De modo geral, os dados confirmam que o NAPNE é reconhecido como instrumento central de inclusão no IFAL, porém ainda carece de maior visibilidade, participação docente e envolvimento discente. A literatura revisada corrobora esses achados, ao apontar que o êxito das políticas inclusivas nos Institutos Federais depende do fortalecimento institucional e da integração com práticas inovadoras (Souza et al., 2021; Cunha, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam que o NAPNE do IFAL – Campus Benedito Bentes desempenha papel fundamental na promoção da inclusão educacional, sendo reconhecido tanto por estudantes quanto por servidores como instância estratégica para o apoio à aprendizagem e à permanência escolar.

Apesar do reconhecimento positivo, os dados apontam lacunas relacionadas à comunicação institucional, ao engajamento docente e discente e à integração tecnológica das ações inclusivas. Esses elementos representam oportunidades de aprimoramento para futuras políticas e práticas do núcleo.

O estudo contribui, portanto, para o fortalecimento das políticas públicas inclusivas no IFAL e na Rede Federal, oferecendo subsídios empíricos para gestão,



formação de servidores e aprimoramento de instrumentos de avaliação institucional. A continuidade da pesquisa permitirá monitorar o impacto das ações implementadas e ampliar o diálogo entre inclusão, inovação e cidadania.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, NAPNE. Institutos Federais.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, L. et al. Expansão e consolidação da Rede Federal: novos rumos para a Educação Profissional. Brasília: MEC, 2025;
- BELONI, R.; MACEDO, A.; CURCIO, L. Educação Inclusiva e TEC NEP: avanços e desafios na Rede Federal. Revista Inclusão, v. 10, n. 2, 2024;
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996;
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, 2008;
- CUNHA, T. L. et al. O manual pedagógico como ferramenta de inclusão: um olhar reflexivo sobre os paradigmas educacionais do núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas do IFAL – Campus Piranhas. 2020;
- DE MELO, R.; SILVA, D. Superando a fragmentação curricular: o ensino médio integrado e o trabalho como princípio educativo. Revista Educação e Sociedade, 2017;
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Educação Profissional e Tecnológica Integrada ao Ensino Médio: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005;
- GALASSO, A.; SANTOS, E. Inclusão na Rede Federal: desafios e conquistas. Revista Técnica Educacional, v. 7, n. 2, 2021;
- MAGALHÃES, J. História da Educação Profissional no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2011;
- PACHECO, E. Educação Profissional e Tecnológica: desafios da formação integrada. Brasília: MEC/SETEC, 2010;
- RAMOS, M. Educação integrada e omnilateral no EMI: desafios contemporâneos. Revista Ensino e Trabalho, v. 2, 2017;
- SANTOS, V.; MORI, L. Políticas de acessibilidade nos Institutos Federais: o papel dos NAPNEs. Revista IFES Inclusivo, v. 3, n. 1, 2024;
- SOUZA, K. C. et al. O NAPNE e o processo de inclusão no ensino técnico – IFPI Campus Teresina Zona Sul. 2021.

